Revista UniLS Acadêmica
Sua fonte de conhecimento científico
ISSN: 2966-3598

PSICOLOGIA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Um Estudo sobre a Prática Psicossocial no SCFV

SOCIAL PSYCHOLOGY AND BASIC SOCIAL PROTECTION: A Study on Psychosocial Practice in the Social interaction and bond-strengthening service (SCFV)

Brenda Maria Cruz Aguiar [1]
Fernanda Ramos Pino [2]
Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta[3]
Mayara Escarião Barreto[4]
Rebeca Peixoto Ribeiro de Souza[5]
Fernanda de Melo Meireles [**]

Resumo: Este estudo teve como objetivo compreender a atuação do psicólogo na área psicossocial em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, contribuições e a importância das políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada por meio de revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada com uma psicóloga atuante na Proteção Social Básica. A análise dos dados foi conduzida pela técnica de Análise de Conteúdo, articulando os relatos da profissional ao referencial teórico. Os resultados evidenciaram a relevância do acolhimento, da escuta qualificada, do trabalho interdisciplinar e da articulação com a rede socioassistencial para a promoção da proteção social e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Também foram identificados desafios relacionados à vulnerabilidade social dos usuários, à insuficiência de serviços especializados de saúde mental e à sobrecarga profissional. Conclui-se que a atuação psicossocial do psicólogo é fundamental para a garantia de direitos, promoção da autonomia e fortalecimento da cidadania no contexto das políticas públicas de assistência social.

Palavras-chave: psicologia social; atuação psicossocial; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; políticas públicas; proteção social.

[1] Graduanda do curso de Psicologia – e-mail: brenda.aguiar@lseducacional.com
[2] Graduanda do curso de Psicologia – e-mail: fernanda.pina@lseducacional.com
[3] Graduanda do curso de Psicologia – e-mail: lorena.arrueta@unils.edu.br
[4] Graduanda do curso de Psicologia – e-mail: mayara.barreto@lseducacional.com
[5] Graduanda do curso de Psicologia – e-mail: rebeca.p.r.souza@lseducacional.com
[**] Professora orientadora Esp. em Psicologia Clínica. – E-mail: fernanda.meireles@unils.edu.br

Abstract: *This study aimed to understand the role of psychologists in psychosocial practice within a Social interaction and bond-strengthening service (SCFV), highlighting its challenges, contributions, and the importance of public policies. This is a qualitative, exploratory, and descriptive study conducted through a literature review and a semi-structured interview with a psychologist working in Basic Social Protection. Data were analyzed using the Content Analysis technique, integrating the participant's reports with the theoretical framework. The findings highlighted the importance of reception, active and qualified listening, interdisciplinary work, and coordination with the social assistance network in promoting social protection and strengthening family and community ties. Challenges related to users' social vulnerability, the shortage of specialized mental health services, and professional workload were also identified. The study concludes that psychologists' psychosocial practice plays a fundamental role in ensuring rights, promoting autonomy, and strengthening citizenship within the context of public social assistance policies.*

Keywords: *social psychology; psychosocial practice; Social Coexistence and Bond Strengthening Service (SCFV); public policies; social protection.*

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, enquanto ciência e profissão, acompanha desde o seu surgimento diferentes questionamentos voltados à compreensão do indivíduo, de seus comportamentos, sintomas e processos de desenvolvimento humano, assumindo significativa relevância nos campos científico e social. Nesse contexto, diversas áreas dessa ciência passaram a buscar a compreensão das múltiplas dimensões da experiência humana. Entre elas, destaca-se a psicologia psicossocial, que compreende o sujeito para além de uma perspectiva individualizada, considerando o ambiente em que está inserido, suas relações sociais, sua trajetória histórica e os aspectos culturais que atravessam sua vivência.

Sob essa perspectiva, a abordagem psicossocial propõe uma análise ampla da realidade humana, entendendo que os aspectos comportamentais, subjetivos e emocionais são diretamente influenciados pelas condições sociais, econômicas e relacionais vivenciadas pelos indivíduos ao longo de seus percursos de vida. Conforme aponta Myers (2014), as experiências e interações sociais exercem influência significativa sobre a forma como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros, o que evidencia o impacto das vivências coletivas na construção das relações humanas. Diante disso, o trabalho do

psicólogo assume uma atuação indispensável na promoção do bem-estar, no fortalecimento das conexões sociais e no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento perante as fragilidades da sociedade contemporânea.

Nas últimas décadas, o aumento das vulnerabilidades sociais e do sofrimento psíquico ampliou a inserção da psicologia nas políticas públicas. Nessa realidade, a psicologia social destaca-se na consolidação de ações voltadas à assistência social e aos direitos humanos (BOCK, 2009 apud SOUZA, 2025), contribuindo para a garantia de direitos, a proteção social e o fortalecimento de vínculos. Frente a esse cenário, a prática psicossocial passou a ocupar um papel fundamental na garantia de direitos, na proteção social e no fortalecimento dos vínculos de indivíduos em situação de risco.

Segundo a revisão de literatura de Souza (2025), a integração da psicologia social nas políticas de assistência social e direitos humanos é essencial. Alinhado a isso, Bock (2009 apud SOUZA, 2025) aponta que a práxis nesse território exige sensibilidade para decodificar a exclusão, visando à inclusão e à cidadania dos usuários. Nessa conjuntura, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desponta como um importante campo de atuação, onde o psicólogo supera o modelo clínico tradicional por meio de ações coletivas, preventivas e comunitárias que promovem a autonomia e os direitos sociais.

Para além do caráter institucional, Sousa *et al*. (2023) salientam que a atuação psicossocial exige a construção de relações terapêuticas e psicossociais humanizadas e centradas na pessoa, favorecendo os processos de acolhimento e o fortalecimento emocional dos sujeitos acompanhados. Evidencia-se, assim, a relevância social do psicólogo social diante das demandas contemporâneas, especialmente em ambientes marcados por profundas desigualdades e pela vulnerabilidade das redes de apoio familiar e comunitário.

Contudo, além do impacto social, os profissionais enfrentam severos desafios nas políticas públicas. Santos, Navarro e Elias (2023) destacam que a precarização, a sobrecarga e as limitações institucionais nos serviços psicossociais afetam a saúde mental dos trabalhadores e a qualidade do atendimento. Apesar disso, a atuação do psicólogo segue indispensável para construir espaços de escuta, acolhimento e mediação de conflitos, contribuindo ativamente para a emancipação social dos usuários.

Diante desse cenário complexo, este estudo buscou responder à seguinte pergunta norteadora: Quais são os desafios, possibilidades e contribuições da atuação do psicólogo na área psicossocial em instituições de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)?

Para tanto, o objetivo geral consistiu em compreender a atuação do psicólogo na área social em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, contribuições e a importância das políticas públicas nesse âmbito. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais atividades desempenhadas pelo psicólogo na instituição; discutir os desafios enfrentados pelos profissionais na atuação psicossocial; investigar como ocorre o acolhimento psicológico e o trabalho multidisciplinar; e compreender a contribuição da psicologia social para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários atendidos.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida com o objetivo de compreender a atuação do psicólogo na área psicossocial em instituições de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, possibilidades e contribuições no contexto das políticas públicas de assistência social.

Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na realização de uma revisão bibliográfica acerca da psicologia social, da atuação psicossocial, das políticas públicas e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fundamentada em livros, artigos científicos e documentos institucionais. Essa etapa teve como finalidade subsidiar a construção do referencial teórico e oferecer sustentação à análise dos dados empíricos. Para a busca e seleção das produções científicas, foram utilizadas as plataformas Google Acadêmico, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi) e repositórios institucionais, priorizando publicações relacionadas ao objeto de estudo.

Posteriormente, realizou-se uma entrevista semiestruturada com uma psicóloga atuante em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). A escolha dessa técnica de coleta de dados justifica-se por sua flexibilidade, uma vez que utiliza um roteiro previamente

elaborado, mas permite ao participante discorrer livremente sobre suas experiências e percepções relacionadas ao objeto de estudo. Conforme Minayo (2014), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos fundamentados em teorias e hipóteses, possibilitando o aprofundamento da investigação à medida que novas questões emergem das respostas do entrevistado. De forma complementar, Gil (2008) afirma que essa modalidade de entrevista favorece a obtenção de dados relevantes e aprofundados, decorrentes da interação direta entre pesquisador e participante.

A participante foi selecionada por conveniência, considerando sua experiência profissional de sete anos na Proteção Social Básica e vinte anos de atuação na Psicologia, aspectos considerados relevantes para atender aos objetivos desta pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro composto por dez perguntas abertas, contemplando a trajetória profissional da participante, as atividades desenvolvidas no SCFV, os desafios da prática profissional, o trabalho interdisciplinar, as contribuições da psicologia social para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a importância das políticas públicas para a atuação profissional.

Como instrumentos de pesquisa, utilizaram-se o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A), assegurando a participação voluntária e o sigilo das informações. A entrevista foi realizada online, por meio da plataforma Google Meet, com duração aproximada de uma hora, sendo registrada mediante autorização da participante para posterior análise.

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, por meio da categorização temática das falas da entrevistada. As análises foram construídas a partir da articulação entre os dados obtidos na entrevista e a literatura científica consultada, possibilitando compreender a relação entre os referenciais teóricos e a realidade vivenciada pela profissional, bem como refletir criticamente sobre a atuação do psicólogo no contexto psicossocial e nas demandas da proteção social básica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente análise busca compreender a atuação psicossocial no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a partir da articulação

entre os relatos da Psicóloga Cooperante e o referencial teórico adotado. Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa, a identidade da entrevistada foi preservada por meio da denominação “Psicóloga Cooperante”, bem como a instituição participante, referenciada neste estudo como “Organização Sociocomunitária de Convivência”.

A análise do material foi organizada em quatro eixos centrais: a trajetória profissional e as competências necessárias para a atuação psicossocial; o acolhimento psicossocial e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; o trabalho em rede e os desafios da atuação profissional; e a relação entre ética, direitos e políticas públicas no contexto da intervenção psicossocial. Esses eixos permitem uma compreensão abrangente da prática do psicólogo no campo social, evidenciando tanto as competências exigidas para o exercício profissional quanto os desafios e potencialidades envolvidos na promoção da proteção social, da garantia de direitos e do fortalecimento da autonomia dos usuários.

3.1 Trajetória Profissional e Competências para a Atuação Psicossocial

A identidade profissional na psicologia social é construída ao longo da trajetória formativa e profissional. De acordo com Bock (2011) e Oliveira e Yamamoto (2022), a atuação nesse campo exige superar a perspectiva clínica individualizada e compreender o sujeito em sua dimensão histórica, econômica e cultural.

Nesse cenário, a trajetória da profissional entrevistada evidencia como esse processo de construção ocorre na prática. Seu relato revela que a identificação com a área socioassistencial não se apresentou como uma escolha inicial durante a graduação, mas foi se consolidando a partir das experiências vivenciadas em estágios supervisionados. Esse fenômeno é ilustrado no relato da participante:

> Durante a graduação, eu ainda não tinha uma definição clara sobre a área em que gostaria de atuar e procurei aproveitar os estágios para conhecer diferentes contextos profissionais. [...] Meu interesse pela área social surgiu ao longo da formação, a partir do estágio na medida socioeducativa de internação provisória do Complexo da Papuda (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Esse processo formativo demonstra que a multiplicidade de experiências em campos diversos atua como um arcabouço integrador, capacitando o profissional a reconhecer as especificidades da atuação social em detrimento de

visões reducionistas e psicologizantes da subjetividade humana. A imersão em ambientes marcados por severas privações de direitos e vulnerabilidades extremas, como a realidade das medidas socioeducativas, impulsiona uma ressignificação radical do papel do psicólogo. Tal aspecto é evidenciado quando a entrevistada relata que a área social "*foi a última experiência*" de sua formação, demonstrando que sua identificação profissional foi construída na prática.

Segundo Sampaio e Lhuilier (2015), a psicologia social comunitária deve promover a conscientização e a transformação das condições de vida dos sujeitos, superando práticas centradas na adaptação ao ambiente de opressão. A experiência da entrevistada junto a populações em situação de vulnerabilidade corrobora essa perspectiva. Ao destacar a necessidade de "*escuta, sensibilidade e compreensão das questões sociais*", a profissional reforça a importância de uma atuação comprometida com a realidade dos sujeitos, conforme expresso em sua fala:

> Foi uma experiência muito significativa. Eu tive contato com uma realidade bastante diferente daquela que normalmente encontramos em outros contextos de atuação. Era um ambiente que exigia muita escuta, sensibilidade e compreensão das questões sociais que atravessavam a vida daqueles adolescentes e de suas famílias. Naquele momento, comecei a perceber o quanto a psicologia poderia contribuir para além do atendimento individual tradicional. Passei a compreender melhor a importância dos fatores sociais, familiares e comunitários na vida das pessoas (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

A jornada da profissional na Política de Assistência Social evidencia a necessidade de uma compreensão psicossocial que articule aspectos subjetivos e sociais. Segundo Macedo *et al.* (2023), a atuação nos diferentes níveis de proteção exige competências éticas e relacionais que evitem práticas tutelares. Sob essa perspectiva, a entrevistada destaca o acolhimento sem julgamento e a construção de vínculos como habilidades essenciais para a prática profissional:

> Eu acredito que uma das competências mais importantes seja a capacidade de acolher sem julgar. Quando trabalhamos na área social, temos contato com realidades muito diversas e, muitas vezes, bastante difíceis. [...] A escuta qualificada, a empatia, a capacidade de estabelecer vínculo e o respeito às diferenças são habilidades indispensáveis. O profissional precisa compreender que cada pessoa possui uma história de vida, uma trajetória e um contexto específico. Não cabe ao psicólogo julgar essas vivências, mas compreender e auxiliar dentro dos limites da sua atuação (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

As competências técnicas e a formação continuada são fundamentais para a atuação psicossocial. De acordo com Scarparo e Guareschi (2007) e

Silva e Macedo (2021), as transformações sociais e institucionais exigem atualização permanente, possibilitando uma prática crítica, ética e alinhada às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse sentido, a entrevistada enfatiza que "*a formação não termina na graduação"*, destacando a importância do aperfeiçoamento contínuo para compreender a complexidade das questões sociais:

> As competências técnicas também são fundamentais. O profissional precisa conhecer as políticas públicas, compreender o funcionamento da rede socioassistencial, dominar os referenciais teóricos da área e manter-se atualizado em relação às normativas que orientam a prática profissional. [...] A formação não termina na graduação. O profissional precisa buscar constantemente novos conhecimentos, participar de cursos, capacitações e espaços de atualização (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

À luz das discussões de Santos e Yamamoto (2024), os impactos emocionais decorrentes do contato cotidiano com a violência estrutural, o desamparo e as opressões interseccionais constituem uma dimensão relevante que afeta a saúde mental do psicólogo social, sendo o sofrimento profissional frequentemente associado ao sentimento de impotência diante da escassez de recursos e das limitações das políticas públicas. O relato da entrevistada evidencia essa complexidade afetiva e a frustração diante das barreiras macropolíticas:

> Estamos constantemente em contato com histórias de sofrimento, situações de violência e diferentes formas de vulnerabilidade social. [...] Um sentimento bastante comum é o de impotência. Muitas vezes conseguimos identificar necessidades importantes e desejamos contribuir para mudanças significativas, mas sabemos que nem tudo depende da nossa atuação. Existem fatores sociais, econômicos e familiares que ultrapassam nossa capacidade de intervenção e isso pode gerar frustração em alguns momentos (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Por fim, para fazer frente a esse desgaste, a literatura contemporânea, segundo Souza *et al.* (2022), aponta que processos de psicoterapia pessoal, supervisão técnica e espaços de cuidado institucionalizado não devem ser encarados como luxos individuais, mas como requisitos éticos para a sustentação da qualidade do atendimento. A fala da entrevistada revela essa condição ao apontar:

> O autocuidado é fundamental. Eu considero a psicoterapia uma ferramenta extremamente importante para os profissionais da área. [...] Para cuidar do outro, também precisamos cuidar de nós mesmos. O fortalecimento emocional do profissional é uma condição importante para que ele consiga oferecer um atendimento ético e qualificado (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

3.2 Acolhimento Psicossocial e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários

O acolhimento no âmbito da psicologia social e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) afasta-se da concepção de uma triagem meramente burocrática, linear e inicial, configurando-se como uma postura ético-clínica que se estende por todo o processo de permanência institucional do usuário. Segundo a perspectiva clássica de Teixeira (2003), ampliada por estudos de Cruz e Guareschi (2021), o acolhimento qualificado constitui uma tecnologia leve de cuidado essencial, orientada para a produção de escuta ativa, responsabilização técnica e resolutividade. A prática cotidiana na Organização Sociocomunitária de Convivência demonstra que esse acolhimento contínuo viabiliza a identificação precoce de sofrimentos psíquicos ou violações de direitos, conforme aponta a entrevistada:

> O acolhimento acontece de forma contínua dentro da instituição. Muitas pessoas imaginam que ele ocorre apenas no momento da entrada do usuário no serviço, mas, na verdade, ele está presente durante todo o acompanhamento. O contato acontece desde a chegada da criança, do adolescente ou da família à instituição. No cotidiano, procuramos acompanhar a adaptação dos usuários, observar como estão se relacionando com os colegas, com os educadores e com as atividades propostas (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Como parte dessa estratégia de inserção protetiva, a implementação de projetos voltados ao primeiro contato contribui para garantir o acesso à informação, reduzir a ansiedade inicial e favorecer a construção de vínculos entre os usuários, suas famílias e a equipe técnica. Nessa conjuntura, a participante menciona o projeto mensal "*Acolher para Integrar",* desenvolvido para apresentar o funcionamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos aos novos usuários e seus familiares. Segundo a participante, a iniciativa busca "*reduzir inseguranças e facilitar a integração das famílias*", fortalecendo os vínculos desde o ingresso no serviço.

O cadastro sociofamiliar constitui um importante instrumento de acolhimento e análise da realidade dos usuários, semelhante a anamnese na psicologia, mas voltado à compreensão psicossocial das famílias. Segundo Mioto e Nogueira (2013), esse processo envolve a investigação da composição familiar, das condições de vida, das vulnerabilidades e das potencialidades presentes no grupo. Sobre sua utilização, a Psicóloga Cooperante (2026) relata:

> Quando a família ingressa no serviço, realizamos um acolhimento para compreender melhor sua realidade. Procuramos conhecer a dinâmica

> familiar, entender quem compõe aquele núcleo, quais são suas necessidades, potencialidades e também as vulnerabilidades existentes. Para isso utilizamos um instrumento chamado cadastro sociofamiliar. Ele funciona de maneira semelhante a uma anamnese, porque reúne informações importantes sobre a família e subsidia tanto o trabalho da psicologia quanto do Serviço Social. A partir dessas informações conseguimos planejar melhor o acompanhamento (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Esse mapeamento, conforme Wanderley (2011), não visa rotular ou patologizar a família periférica, mas subsidiar o planejamento técnico integrado da equipe, assegurando que as intervenções propostas respondam de forma fidedigna às demandas reais do território e valorizem os recursos internos dos próprios sujeitos em seu processo de emancipação social. A fala da profissional demonstra essa perspectiva ao considerar não apenas as vulnerabilidades, mas também as *"potencialidades"* presentes em cada núcleo familiar.

No que tange ao acompanhamento individual realizado pelo psicólogo no âmbito do SCFV, a literatura institucional do Conselho Federal de Psicologia (2019) demarca uma fronteira nítida em relação aos modelos de psicoterapia ou de avaliação diagnóstica tradicional. O foco está centralizado na escuta qualificada, na orientação e na facilitação de processos reflexivos diante de conflitos de convivência, impasses escolares ou dores emocionais situacionais. O relato da participante confirma esse direcionamento metodológico não clínico:

> É importante esclarecer que esse atendimento não tem caráter clínico ou psicoterapêutico. O foco está na escuta, na orientação e na promoção de reflexões diante das situações apresentadas pelos usuários. Muitas vezes as crianças e os adolescentes trazem questões relacionadas à convivência familiar, à escola, às amizades ou a dificuldades emocionais que estão enfrentando naquele momento. Então procuramos oferecer um espaço de acolhimento e reflexão (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Para mediar esse contato com o público infantil e juvenil de forma ética e sutil, "*em alguns casos utilizamos técnicas lúdicas para facilitar a expressão das crianças e adolescentes e compreender melhor as situações apresentadas"*, o que está em consonância com as diretrizes do CFP (2016), que orienta a atuação no SUAS e reforça a necessidade de que essas práticas sejam utilizadas apenas como recurso pedagógico e de mediação da comunicação, sem configurar prática psicoterápica nos espaços da assistência social básica.

Por sua vez, a realização de atividades grupais, especialmente por meio de rodas de conversa, expressa a essência metodológica da psicologia social comunitária no fortalecimento de vínculos. Segundo Afonso (2010) e Andrade e Romagnoli (2023), o grupo constitui um espaço privilegiado para a

desprivatização do sofrimento, permitindo que os participantes reconheçam que suas angústias são compartilhadas por outros que vivenciam realidades semelhantes. O relato da entrevistada reforça essa perspectiva ao destacar que essas ações promovem "*autonomia*" e "*protagonismo*", objetivos centrais da intervenção psicossocial:

> As atividades coletivas fazem parte da rotina institucional. Realizamos rodas de conversa sobre diferentes temas que são relevantes para o desenvolvimento dos usuários. Essas rodas podem abordar assuntos relacionados à convivência, cidadania, direitos, autoestima, relações familiares, prevenção de violências e diversos outros temas que surgem a partir das necessidades observadas no grupo. Além disso, essas atividades têm como objetivo promover autonomia, protagonismo, fortalecimento dos vínculos e desenvolvimento das habilidades sociais (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Segundo Spink (2010), a mediação psicológica nas rodas de conversa atua na promoção do diálogo horizontal e do respeito mútuo, transformando o coletivo em uma rede micropolítica de apoio social apta a contrapor-se à fragilização dos laços comunitários típica da contemporaneidade urbana.

Ao destacar a importância da "*reflexão, diálogo e construção de novas possibilidades de relacionamento"*, a profissional evidencia a centralidade da família nas ações do SCFV. Nesse espaço social, o fortalecimento dos vínculos familiares é compreendido como um objetivo fundamental da intervenção psicossocial. Conforme Kaloustian e Ferrari (2014), o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade deve priorizar o fortalecimento de suas capacidades protetivas, sem recorrer a modelos idealizados de parentalidade. O relato da profissional demonstra os impactos positivos dessa inclusão familiar:

> O trabalho com as famílias é uma parte fundamental da atuação. Entendemos que o fortalecimento dos vínculos familiares repercute diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes. [...] Durante as reuniões familiares trabalhamos temas relacionados à orientação parental, fortalecimento das relações familiares e garantia de direitos. [...] Também é um espaço em que as famílias podem compartilhar dúvidas, dificuldades e experiências, fortalecendo o sentimento de pertencimento e participação no serviço (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Embora a adesão familiar enfrente barreiras estruturais severas, tais como jornadas laborais extensas, precarização do transporte público e custos de deslocamento urbano, a persistência na busca ativa e na flexibilização dos canais de diálogo demonstra que o engajamento comunitário gradual produz transformações profundas nas relações afetivas intrafamiliares, como sugere a participante:

> Quando existe engajamento familiar, normalmente percebemos avanços importantes. Muitas famílias conseguem melhorar o diálogo, fortalecer as relações e desenvolver estratégias mais saudáveis para lidar com os desafios cotidianos (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Nessa realidade, a integração entre técnica, ética e compromisso social fortalece a garantia de direitos e a promoção da autonomia dos usuários. Assim, a psicologia reafirma seu papel na consolidação da assistência social como política pública de direito.

3.3 Trabalho em Rede e Desafios da Atuação Profissional

A complexidade das demandas sociais exige uma atuação interdisciplinar capaz de promover uma compreensão integral dos usuários. Segundo Vasconcelos (2012) e Costa e Yamamoto (2021), a interdisciplinaridade pressupõe a articulação entre diferentes saberes profissionais na construção de estratégias de intervenção. No cenário do SCFV, essa atuação ocorre por meio da integração entre psicólogo, assistente social e pedagogo.

A partilha de diagnósticos sociofamiliares, a coconstrução de planos de acompanhamento e a realização de intervenções conjuntas potencializam a resolutividade das ações. Essa compreensão é reforçada pela entrevistada ao afirmar que "*nenhum profissional consegue atender sozinho todas as necessidades*" das famílias acompanhadas, destacando a relevância da atuação interdisciplinar e do trabalho em rede, como descreve a entrevistada:

> O trabalho em equipe é fundamental para o desenvolvimento das ações que realizamos. Nenhum profissional consegue atender sozinho todas as necessidades apresentadas pelos usuários e pelas famílias. Por isso, trabalhamos de forma integrada, buscando construir estratégias conjuntas de acompanhamento. Atualmente a equipe de referência é composta pelo psicólogo, pelo assistente social e pelo pedagogo. Cada profissional possui atribuições específicas, mas nossas ações são complementares. Frequentemente discutimos situações, compartilhamos observações e planejamos intervenções conjuntas (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

O olhar pedagógico sobre o desenvolvimento cognitivo e comportamental, conforme Japiassu (1976), soma-se à leitura sociopolítica do assistente social e à escuta psicológica dos processos subjetivos, proporcionando um cuidado integral que nenhuma profissão lograria alcançar de maneira insulada.

A incorporação de áreas complementares como psicopedagogia e fonoaudiologia reforça a importância de uma atenção integral e inclusiva a diferentes demandas de desenvolvimento. Segundo Fernandes (2017), a atuação multidisciplinar amplia as possibilidades de identificação e intervenção

precoce de dificuldades de aprendizagem, frequentemente negligenciadas em territórios periféricos devido à escassez de serviços públicos. A participante destaca a relevância dessa complementaridade no cotidiano institucional:

> Além da equipe de referência, contamos com projetos de acompanhamento psicopedagógico e fonoaudiológico. [...] Quando diferentes profissionais compartilham conhecimentos e experiências, conseguimos construir intervenções mais completas e oferecer um atendimento mais qualificado para os usuários e suas famílias (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Essa diversidade profissional desonera a psicologia de assumir demandas que não condizem com sua atribuição institucional imediata no SCFV e instrumentaliza os educadores sociais no manejo cotidiano das diferenças no espaço das oficinas coletivas.

Apesar da importância da atuação interdisciplinar, a prática do psicólogo social enfrenta desafios significativos relacionados ao acesso aos serviços especializados de saúde mental. Segundo Dimenstein *et al*. (2020), a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ainda esbarra no subfinanciamento e na insuficiência de recursos humanos, comprometendo a oferta de atendimento à população. A entrevistada relata dificuldades para encaminhar usuários que necessitam de acompanhamento psicológico ou psiquiátrico contínuo, devido à sobrecarga dos serviços públicos:

> Um dos maiores desafios atualmente está relacionado ao acesso aos serviços especializados de saúde mental. Identificamos muitas situações em que os usuários necessitam de acompanhamento psicológico clínico ou de outros atendimentos especializados. Porém, quando buscamos esses serviços na rede pública, encontramos uma demanda muito superior à capacidade de atendimento. [...] Isso faz com que existam filas de espera e dificuldades para garantir um acompanhamento contínuo para todos que precisam (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Esse estrangulamento da rede de saúde mental tensiona o trabalho psicossocial desenvolvido no terceiro setor, gerando uma sobrecarga sobre a equipe do SCFV, que precisa acolher as crises emocionais dos usuários sem possuir o escopo legal ou técnico de um serviço de saúde mental especializado.

As barreiras socioeconômicas enfrentadas pelas famílias atendidas adicionam camadas de complexidade aos desafios do trabalho em rede, inviabilizando alternativas privadas ou comunitárias acessíveis. Estudos contemporâneos de Spink e Brigagão (2023) salientam que a vulnerabilidade social nas periferias urbanas não se restringe à privação de renda, englobando a exclusão espacial e a negação de direitos fundamentais, como o direito à

mobilidade urbana segura. O relato empírico evidencia como essas barreiras materiais incidem sobre a continuidade dos cuidados psicológicos externos:

> Muitas das famílias que acompanhamos vivem situações de vulnerabilidade social e econômica. Em muitos casos não possuem condições financeiras para custear um tratamento psicológico particular. Mesmo quando existem alternativas com valores reduzidos ou serviços oferecidos por instituições parceiras, ainda podem existir dificuldades relacionadas ao transporte, à disponibilidade de horários ou à própria organização familiar (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

O absenteísmo decorrente dessas vulnerabilidades estruturais revela que o sucesso do encaminhamento intersetorial depende criticamente de políticas públicas de suporte econômico e de facilitação do acesso físico aos serviços especializados.

Frente às limitações dos serviços, o psicólogo necessita fortalecer articulações institucionais e comunitárias. Conforme Yasui (2010), as redes de parceria configuram estratégias de enfrentamento às fragilidades do sistema. Frente a essa conjuntura, o diálogo constante com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) favorece a integração das ações, a circulação de informações e a utilização dos recursos do território, como destaca a participante:

> Procuramos utilizar todos os recursos disponíveis na rede e fortalecer as articulações interinstitucionais. Muitas vezes buscamos alternativas junto a instituições parceiras e mantemos diálogo constante com os equipamentos da rede socioassistencial e da saúde. Mas é uma realidade que exige criatividade, persistência e um trabalho contínuo de articulação para garantir que os usuários tenham acesso aos direitos que lhes são assegurados (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Essa articulação permanente assegura que as famílias acessem a totalidade de direitos previstos no sistema de garantia de direitos a despeito das severas restrições orçamentárias que afligem a execução das políticas sociais em nível nacional.

3.4 Ética, Direitos e Políticas Públicas na Atuação Psicossocial

A ética constitui um princípio fundamental da atuação do psicólogo social, orientando as práticas profissionais e as relações estabelecidas no quadro institucional. Para Cordioli (2014) e o Conselho Federal de Psicologia (2005), o Código de Ética deve ser compreendido como um compromisso com os direitos humanos, a dignidade dos usuários e a justiça social. Nesse sentido, a atuação

profissional exige reflexão constante para evitar práticas de controle, julgamento ou coerção sobre as famílias atendidas. A fala da participante sustenta essa compreensão:

> A ética está presente em todas as etapas do trabalho. Na psicologia, nossa principal referência é o Código de Ética Profissional, que orienta as possibilidades e os limites da atuação. Todas as decisões profissionais precisam estar alinhadas a esses princípios éticos. [...] A ética não é apenas uma norma que consultamos eventualmente. Ela orienta toda a atuação profissional e está presente em cada decisão tomada no cotidiano institucional (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

O sigilo profissional constitui um direito fundamental dos usuários e um elemento essencial para a construção de vínculos de confiança. Baptista (2012) destaca que a atuação em equipes multiprofissionais exige do psicólogo cuidado na partilha de informações, de modo que apenas os dados estritamente necessários sejam compartilhados para o acompanhamento dos casos. Assim, a preservação da intimidade dos usuários deve orientar as decisões profissionais, mesmo diante das demandas institucionais por informações. A entrevistada descreve como operacionaliza esse equilíbrio ético:

> O sigilo é um elemento fundamental do nosso trabalho. [...] Quando precisamos discutir um caso com outros profissionais da equipe, buscamos compartilhar apenas as informações necessárias para a compreensão da situação e para a construção das estratégias de acompanhamento. O objetivo nunca é expor a família ou divulgar detalhes desnecessários, mas garantir que a equipe tenha os elementos essenciais para realizar seu trabalho (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Essa condução cuidadosa resguarda o direito à privacidade e impede a espetacularização e estigmatização do sofrimento humano que frequentemente vitimiza as populações economicamente vulnerabilizadas. A entrevistada reforça esse compromisso ao afirmar que o objetivo é "*nunca expor a família ou divulgar detalhes desnecessários*".

Embora o sigilo profissional seja um princípio ético central, sua flexibilização é prevista em situações de risco à integridade ou à vida dos usuários. Nesses casos, conforme Fávero (2015) e Santos e Guareschi (2022), o psicólogo pode realizar a quebra qualificada do sigilo para acionar o Sistema de Garantia de Direitos, visando à proteção de crianças e adolescentes. Trata-se de uma medida protetiva voltada à garantia de direitos fundamentais. A Psicóloga Cooperante explicita os critérios adotados nesses casos:

> Em situações que envolvem risco à integridade física ou psicológica das pessoas atendidas, especialmente quando estamos falando de crianças e adolescentes, o profissional precisa considerar as responsabilidades previstas no sistema de garantia de direitos. Nesses casos, as ações são

> realizadas sempre com respaldo legal e ético, buscando proteger os usuários e preservar seus direitos (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

A comunicação deve ser executada por meio de relatórios técnicos fundamentados que informem com precisão científica as vulnerabilidades observadas, sem adjetivações morais, acionando de maneira responsável o Conselho Tutelar ou órgãos competentes do Poder Judiciário.

As políticas públicas, especialmente a PNAS e o SUAS, orientam a atuação psicossocial e consolidam, conforme Sposati (2013), uma perspectiva baseada na garantia de direitos. Nesse sentido, a entrevistada destaca que essas políticas "oferecem diretrizes, definem responsabilidades e estabelecem os princípios" que norteiam o trabalho cotidiano:

> As políticas públicas constituem a base que orienta toda a atuação profissional nesse campo, oferecendo diretrizes e princípios para o atendimento à população. [...] Documentos como a Política Nacional de Assistência Social, o SUAS, a Nota Técnica CFP nº 001/2016 e as Referências Técnicas do CREPOP servem como referência para a construção das práticas profissionais e para a delimitação do papel da psicologia nas políticas públicas *(Psicóloga Cooperante, 2026).*

Nesse arcabouço normativo que organiza a práxis do psicólogo social, a Nota Técnica CFP nº 001/2016 e as Referências Técnicas do CREPOP constituem importantes instrumentos de orientação para a atuação do psicólogo social. Segundo Macedo e Dimenstein (2011), esses documentos subsidiam a construção de metodologias de intervenção e auxiliam na condução de situações complexas, contribuindo para maior direcionamento e legitimidade da prática profissional no SCFV:

> Elas garantem maior organização e direcionamento das ações desenvolvidas pelos profissionais. Além disso, reforçam uma perspectiva de atuação voltada para a promoção de direitos, fortalecimento da autonomia e valorização das potencialidades dos indivíduos e das famílias (PSICÓLOGA COOPERANTE, 2026).

Reafirma-se, assim, o compromisso de colocar a ciência psicológica a serviço da promoção da autonomia familiar, do desenvolvimento da cidadania ativa e da erradicação de todas as formas de opressão social que assolam os territórios periféricos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a atuação do psicólogo na área psicossocial em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, contribuições e a

importância das políticas públicas nessa realidade. A partir da articulação entre a revisão bibliográfica e a entrevista realizada com uma profissional atuante na Proteção Social Básica, foi possível ampliar a compreensão acerca das especificidades da prática psicológica no campo social, evidenciando sua relevância para a promoção da proteção social, da autonomia e da garantia de direitos.

Em resposta à questão norteadora da pesquisa, constatou-se que a atuação do psicólogo no âmbito psicossocial envolve múltiplas possibilidades de intervenção voltadas ao acolhimento, à escuta qualificada, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à promoção da cidadania. Verificou-se ainda que o trabalho desenvolvido ultrapassa a perspectiva clínica tradicional, assumindo um caráter preventivo, coletivo e comunitário, alinhado aos princípios das políticas públicas de assistência social e dos direitos humanos.

Os resultados permitiram identificar as principais atividades desempenhadas pelo psicólogo no SCFV, entre elas o acolhimento dos usuários e de suas famílias, os atendimentos individuais de caráter psicossocial, as atividades grupais, a realização de rodas de conversa, o acompanhamento das demandas familiares e a articulação com a rede socioassistencial. Também foi evidenciada a importância do trabalho interdisciplinar, realizado em conjunto com profissionais de diferentes áreas, possibilitando uma compreensão mais ampla das necessidades dos usuários e a construção de estratégias integradas de intervenção.

No que se refere aos desafios enfrentados na prática profissional, destacaram-se as limitações relacionadas ao acesso aos serviços especializados de saúde mental, a sobrecarga da rede pública de atendimento, as vulnerabilidades socioeconômicas das famílias acompanhadas e as dificuldades de articulação entre os diferentes serviços que compõem a rede de proteção social. Tais aspectos demonstram que a efetivação dos direitos sociais depende não apenas do compromisso dos profissionais, mas também do fortalecimento contínuo das políticas públicas e dos investimentos destinados às áreas da assistência social e da saúde mental.

Além disso, observou-se que o acolhimento contínuo, a escuta qualificada e as atividades coletivas constituem ferramentas fundamentais para a construção de vínculos, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento do protagonismo dos usuários. Nesse sentido, a psicologia social reafirma sua

importância como campo comprometido com a transformação social, a valorização das potencialidades humanas e a promoção da cidadania, especialmente em situações marcadas por desigualdades e vulnerabilidades.

Dessa forma, os resultados apresentados possibilitam a análise dos objetivos propostos nesta pesquisa, permitindo identificar as principais atribuições do psicólogo no campo do SCFV, compreender os desafios presentes na atuação psicossocial, analisar as estratégias de acolhimento e o trabalho interdisciplinar, bem como discutir as contribuições da psicologia social para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

Como limitação deste estudo, destaca-se a realização da pesquisa com apenas uma profissional atuante em uma única instituição, o que não permite generalizações para todos os cenários de atuação psicossocial. Além disso, por se tratar de uma pesquisa qualitativa e exploratória, os resultados refletem uma realidade específica, ainda que relevante para a compreensão do fenômeno investigado.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o número de participantes e contemplem diferentes instituições, municípios e níveis de proteção social, possibilitando uma análise mais abrangente da atuação do psicólogo nas políticas públicas de assistência social. Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre a prática psicológica no campo psicossocial e para a valorização do papel do psicólogo na promoção da cidadania, da inclusão social e da garantia de direitos.

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Durante a elaboração deste trabalho, as autoras utilizaram a ferramenta de Inteligência Artificial Gemini, versão 1.5 da empresa Google, com a finalidade de auxiliar na revisão, estruturação e refinamento do conteúdo ortográfico e bibliográfico. Após a utilização da ferramenta, todo o conteúdo gerado foi revisado, editado e validado criticamente pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo rigor metodológico, pela integridade científica e pela veracidade das informações apresentadas. Nenhuma parte gerada exclusivamente por IA foi apresentada como dado ou análise original.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo:** um instrumento de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo, 2010.

ANDRADE, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. A potência das rodas de conversa na proteção social básica do SUAS: cartografias de uma práxis. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 35, e254120, p. 1-18, 2023.

BAPTISTA, M. V. **O registro no processo de acompanhamento psicossocial:** dilemas e desafios na garantia de direitos. São Paulo: Veras Editora, 2012.
BOCK, A. M. B. **Psicologia e sua ideologia:** uma crítica à psicologia social tradicional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOCK, A. M. B. Psicologia e políticas públicas. apud SOUZA, R. de. A integração da psicologia social nas políticas públicas de assistência social e direitos humanos: uma revisão de literatura. Revista Brasileira de Psicologia Social, v. 12, n. 1, p. 15-30, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de ética profissional do psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota Técnica CFP nº 001/2016:** Atuação do psicólogo no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Brasília: CFP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).** Brasília: CFP/CREPOP, 2019.

CORDIOLI, A. V. **Ética e sigilo profissional na prática psicológica e interdisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

COSTA, N. R. A.; YAMAMOTO, O. H. Interdisciplinaridade e trabalho em equipe no SUAS: a articulação entre Psicologia e Serviço Social. **Gerais: Revista de Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, e13941, p. 1-21, 2021.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

DIMENSTEIN, M. et al. Crise política, desfinanciamento do SUS e os impactos na Rede de Atenção Psicossocial. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00284114, p. 1-19, 2020.

FÁVERO, E. T. **O papel do profissional da psicologia no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 2015.

FERNANDES, S. **Inclusão e multidisciplinaridade:** o acompanhamento de crianças com atipicidades no desenvolvimento. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

GIL, Antônio **Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KALOUSTIAN, S. M.; FERRARI, M. **A família como matriz de proteção e vulnerabilidade social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MACEDO, J. P. et al. Configurações da atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, n. esp., e259401, p. 1-16, 2023.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o SUAS: desafios teóricos e práticos na proteção social básica. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 16, n. 2, p. 145-154, 2011.

MACEDO, João Paulo; SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macedo; DIMENSTEIN, Magda. **Formação em Psicologia e Políticas de Equidade**: desafios para atuar no SUS. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 1–25, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. O uso de cadastros e prontuários sociofamiliares como ferramentas de diagnóstico social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 89-98, 2013.

MYERS, D. G. **Psicologia social.** 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. **Psicologia Social e compromisso ético-político:** da crítica teórica à inserção nas políticas públicas**.** São Paulo: Cortez, 2022.

SAMPAIO, J. J. C.; LHUILIER, D. **Clínica do trabalho e sofrimento ético-político na saúde e assistência social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

SANTOS, J. S.; GUARESCHI, N. M. F. Ética e direitos humanos na atuação do psicólogo social: o manejo das notificações compulsórias. **Aletheia**, Canoas, v. 55, n. 1, p. 44-57, 2022.

SANTOS, A. P.; NAVARRO, V. L.; ELIAS, M. A. A precarização do trabalho e a sobrecarga profissional nos serviços de atenção psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, e00123423, 2023.

SANTOS, M. A.; YAMAMOTO, O. H. Sofrimento ético-político e esgotamento profissional de psicólogas no SUAS. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 24, n. 59, p. 112-127, 2024.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social e políticas públicas: formação, pesquisa e atuação profissional. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 102-108, 2007.

SILVA, M. L.; DIMENSTEIN, M. Formação continuada e atuação do psicólogo na proteção social básica do SUAS. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 37, e37402, p. 1-11, 2021.

SOUZA, R. A. et al. Saúde mental do trabalhador do SUAS: estratégias de autocuidado e psicoterapia na pós-pandemia. **Cadernos de Psicologia Social Comunitária**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 201-216, 2022.

SOUSA, F. A. et al. A atuação psicossocial e a construção de relações terapêuticas humanizadas: desafios contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão,** Brasília, v. 43, n. e245110, p. 1-15, 2023.

SOUZA, R. de. A integração da psicologia social nas políticas públicas de assistência social e direitos humanos: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Psicologia Social**, v. 12, n. 1, p. 15-30, 2025.

SPINK, P. K. **Psicologia social e território:** o lugar como espaço de vida e de direitos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SPINK, P. K.; BRIGAGÃO, J. I. M. Vulnerabilidade urbana, desigualdade espacial e os desafios para as políticas socioassistenciais de base territorial. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 35, e261304, p. 1-20, 2023.

SPOSATI, A. **A menina SUAS e a sua trajetória de consolidação pública.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA, R. R. O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma tecnologia leve de cuidado, de relação e de cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 7, n. 12, p. 49-61, 2003.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e interdisciplinaridade nas ciências sociais e na saúde mental.** São Paulo: Hucitec, 2012.
WANDERLEY, M. B. **Reflexões sobre a pobreza urbana e as formas de emancipação social.** São Paulo: Veras Editora, 2011.

YASUI, S. **Rupturas e encontros:** desafios da reforma psiquiátrica e do trabalho em rede no cotidiano das instituições. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PILOTO

Entrevista realizada com psicóloga atuante na área psicossocial em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Alunas do Curso de Bacharelado em Psicologia
Brenda Maria Cruz Aguiar
Fernanda Ramos Pina
Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta
Mayara Escarião Barreto
Rebeca Peixoto Ribeiro de Souza
Centro Universitário LS - Taguatinga

Sujeito da pesquisa - Entrevistada

Nome completo da psicóloga entrevistada:
_____
Nome da Organização da Sociedade Civil (OSC):
_____
Data da entrevista: _____/_____/_____.

Prezada participante,

Agradecemos sinceramente sua disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

Essa entrevista semiestruturada é composta por 10 perguntas abertas. Solicitamos, gentilmente, que as respostas sejam elaboradas com o maior nível de detalhamento possível, considerando sua experiência profissional, percepções e vivências relacionadas aos temas abordados. Quanto mais completas forem as informações compartilhadas, maior será a contribuição para a qualidade e profundidade da análise dos dados.

Não há respostas certas ou erradas. O objetivo é compreender sua perspectiva e experiência profissional. Todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a atuação do psicólogo na área social em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, contribuições e a importância das políticas públicas nesse contexto.

Desde já, agradecemos sua atenção, e sua valiosa colaboração

1. **O que motivou sua escolha pela área social na Psicologia?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender sua trajetória profissional, incluindo seu tempo de formação em Psicologia, tempo de atuação profissional, tempo de atuação na área psicossocial, tempo de trabalho na instituição e as experiências que influenciaram sua escolha por essa área.

2. **Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo dentro da instituição?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender as principais atribuições desenvolvidas na instituição, incluindo as demandas atendidas, as atividades individuais e grupais realizadas, a participação em projetos, programas e ações institucionais, bem como as atividades administrativas, de planejamento e registro.

3. **Como ocorre o acolhimento psicológico realizado com os usuários atendidos?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender como ocorre o primeiro contato com o usuário, a identificação das demandas psicológicas e sociais, os critérios utilizados para encaminhamentos internos e externos, a articulação com a rede de serviços e demais profissionais e o acompanhamento dos casos após os encaminhamentos.

4. **Quais são os maiores desafios enfrentados na atuação profissional nessa área**?
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se identificar as principais dificuldades encontradas no atendimento, as limitações institucionais ou de recursos, os desafios relacionados à rede de apoio e às políticas públicas, bem como as estratégias utilizadas para lidar com essas dificuldades.

5. **Como funciona o trabalho em equipe multidisciplinar dentro da instituição?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender quais profissionais compõem a equipe, ex.: Serviço social, TO, fisioterapia, nutrição etc., como ocorre a comunicação entre os profissionais, a participação em reuniões e discussões de casos e a importância do trabalho interdisciplinar para o atendimento dos usuários.

6. **De que forma a atuação da psicologia social contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários na instituição?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender as estratégias utilizadas junto às famílias, as ações de promoção da convivência comunitária, os resultados observados no acompanhamento dos usuários e as principais dificuldades encontradas nesse processo.

7. **Quais competências e habilidades são fundamentais para atuar na área psicossocial?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se identificar as competências técnicas necessárias, as habilidades interpessoais mais importantes, a relevância da formação continuada e da capacitação profissional, bem como as características pessoais que favorecem a atuação na área.

8. **Como os princípios éticos orientam sua atuação profissional no cotidiano institucional?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender as situações que exigem tomada de decisão ética, a importância do sigilo profissional e do compartilhamento de informações, a relação entre ética profissional e trabalho em equipe e a aplicação do Código de Ética na rotina de trabalho.

9. **Quais impactos emocionais essa área de atuação pode gerar no profissional de Psicologia?**
   Aspectos a explorar:
   Nesta pergunta, busca-se compreender os principais impactos emocionais percebidos na atuação profissional, as estratégias de autocuidado utilizadas, a importância da supervisão e do apoio profissional e as formas de prevenção do desgaste emocional e do esgotamento profissional.

10. **Qual a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do trabalho psicológico na área psicossocial**?
    Aspectos a explorar:
    Nesta pergunta, busca-se compreender quais políticas públicas orientam o trabalho desenvolvido, os impactos dessas políticas no atendimento aos usuários, os principais avanços e desafios observados na área e a importância da articulação entre serviços e a rede de proteção social.

Agradecimentos!

Agradecemos pela sua disponibilidade e pela valiosa contribuição ao participar desta entrevista.

Sua experiência, conhecimento e reflexões compartilhadas são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e contribuem significativamente para a compreensão da atuação do psicólogo na área psicossocial.

Reconhecemos e valorizamos o tempo dedicado a este momento, bem como a generosidade em compartilhar aspectos de sua trajetória profissional e de sua prática cotidiana. Sua participação enriquece este estudo e fortalece a produção de conhecimento na área da Psicologia.

Muito obrigada pela colaboração, atenção e disposição em contribuir com esta pesquisa.

ANEXO A

TCLE PARA A ENTREVISTA INDIVIDUAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PSICOLOGIA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: Um Estudo sobre a Prática Psicossocial no SCFV

Instituição dos pesquisadores: Centro Universitário LS
Pesquisador responsável: Prof.ª Fernanda de Melo Meireles
Pesquisadores assistentes: Brenda Maria Cruz Aguiar, Fernanda Ramos Pina, Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta, Mayara Escarião Barreto e Rebeca Peixoto Ribeiro de Souza.

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

● O objetivo específico desse estudo é compreender a atuação do psicólogo na área social em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destacando seus desafios, contribuições e a importância das políticas públicas nesse contexto.

● Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

● Sua participação consiste em responder a uma entrevista individual sobre o tema abordado nesta pesquisa.

● O procedimento do estudo consiste na realização de uma entrevista individual semiestruturada, com duração aproximada de 60 minutos.

● A entrevista será realizada de forma online, por meio da plataforma Google Meet, entre os dias 1º e 5 de junho de 2026, em horário previamente agendado com a participante.

● A entrevista será gravada em áudio e/ou vídeo, com o seu consentimento, para posterior análise dos dados.

● Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento da participante neste estudo além da participação na entrevista.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui um baixo risco, inerente a toda investigação no campo da psicologia que é o de poder mobilizar no sujeito emoções, afetos.

- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do fenômeno estudado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

● Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando, para isso, entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.

● Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

● Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores citados e não será permitido o acesso a outras pessoas.

● O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e será destruído após a pesquisa.

● Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Eu, _____, CPF: _____, após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.
Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____de ____

_____
Participante

Pesquisadora Responsável: Fernanda de Melo Meireles
E-mail: fernanda.meireles@unils.edu.br

Pesquisadora Assistente: Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta
E-mail: lorena.arrueta@unils.edu.br

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:
Instituição: Centro Universitário LS
Endereço: QSD 05, Lote 05, Taguatinga Sul
Bairro: Taguatinga
Cidade: Brasília – DF
CEP: 72020-111